



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS DESAFIOS DE
ENSINAR E APRENDER NA ESCOLA PÚBLICA.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO A DOCÊNCIA: INTERFACES COM O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Eixo: Educação, Diversidade e Inclusão
Subprojeto: Pedagogia (Educação do Campo para as Relações Étnico- Raciais)
Filiação institucional: Universidade Estadual de Feira de Santana

Agilda de Carvalho Albuquerque (agildacarvalho@gmail.com); **Cananda Viana de Cerqueira** (canandaviana13@gmail.com); **Erika da Silva Santos Lima** (erikauefs098@gmail.com); **Thainá de Jesus Alves** (thainadejesus76@gmail.com); **Jábisson Fideles de Sousa** (jabisson.fideles@seduc.feiradesantana.ba.gov.br).

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação para as Relações Étnico-Raciais e Pibid.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o relato de experiência desenvolvido no âmbito do subprojeto de Pedagogia, integrante do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O programa tem como objetivo proporcionar aos estudantes de licenciatura uma aproximação prática com a Educação Básica, por meio de ações articuladas com as Escolas-Campo. No contexto deste relato, a ênfase está na interface entre o processo de iniciação à docência, as atividades de apoio à alfabetização e as relações étnico-raciais em territórios de maior diversidade cultural, como comunidades Camponesas e Quilombolas.

A temática abordada destaca-se pela importância de refletir sobre as práticas pedagógicas que envolvem a alfabetização de crianças e adolescentes pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados, e a necessidade de promover uma educação que valorize e resgate suas identidades socioculturais. A escolha dela emerge de reflexões sobre a importância de práticas pedagógicas contextualizadas à diversidade cultural e étnica, especialmente no contexto da Educação do Campo, cuja realidade demanda ações educativas que promovam a valorização das identidades locais e a desconstrução de estereótipos sociais. Nesse sentido, Souza (2011) reforça que atividades pedagógicas que valorizam aspectos culturais africanos e afro-brasileiros, contribuímos para uma educação étnico-racial mais

inclusiva, promovendo o sentimento de pertencimento social, histórico e cultural das crianças e adolescentes negras e mestiças afrodescendentes.

No campo das discussões de alfabetização e letramento a autora Magda Soares (2009), conceitua a alfabetização como um processo de aquisição da escrita e o letramento como prática social do uso da leitura e escrita. Para Soares (2009), é fundamental que ambos os processos ocorram de forma contextualizada e significativa. No contexto de alunos do campo em um território quilombola, isso significa que o ensino deve valorizar sua cultura, história e identidade. Dessa forma, transformando a alfabetização em um instrumento de valorização e o letramento construído por práticas culturais locais.

Por fim, a experiência vivenciada na Escola Municipal Crispiniano Ferreira da Silva está apoiada em dois pilares legais da educação brasileira: às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001) e a Lei nº 10.639. O primeiro documento se refere ao reconhecimento do direito a uma educação contextualizada e emancipatória que respeite as vivências socioculturais do território camponês. E o segundo é um dispositivo legal que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

2 METODOLOGIA

Essa experiência ocorreu em uma instituição situada em um Território Camponês e Quilombola do município de Feira de Santana, na Bahia. Na comunidade da Matinha que se destaca por sua forte identidade quilombola e camponesa, sua economia é baseada na agricultura familiar, enquanto suas tradições culturais são bastante preservadas e significativas. A escola atende a um alunado bastante diversificado, acolhendo estudantes tanto da própria comunidade quanto de outras próximas. É importante destacar que a Escola Municipal Crispiniano Ferreira da Silva adota uma perspectiva antirracista, planeja e desenvolve projetos que visam trabalhar as relações étnico raciais, demonstrando compromisso ativo com a promoção da diversidade, sobretudo porque o corpo estudantil é formado majoritariamente por crianças negras.

A escolha política da escola converge com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabelecidas pela Lei 10.639/03, que recomenda estimular, desde cedo, nesses estudantes, a valorização de sua identidade étnico-racial, o desenvolvimento do letramento racial, a desconstrução de estereótipos, além de promover um ambiente escolar mais inclusivo e de proteger contra o racismo estrutural e a violência. Ademais, essa orientação está alinhada com o decreto 7352 de 4 de novembro de

2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (BRASIL, 2010).

No decurso das atividades desenvolvidas, o professor supervisor criou um grupo de *WhatsApp* para agilizar a comunicação e facilitar a troca de informações entre os participantes. Com base nos resultados, o supervisor organizou as participantes do programa em trios, responsáveis por diferentes níveis de escrita (pré-silábico, silábico e silábico-alfabético). As intervenções pedagógicas ocorrem às segundas, quartas e quintas-feiras, com turmas de 10 a 19 alunos e duração média de 1 a 3 horas. Antes de cada aula, os trios do PIBID realizam planejamento conjunto, considerando o nível de desenvolvimento e as dificuldades observadas.

Os recursos utilizados incluem materiais didáticos elaborados pelo supervisor e pibidianos, além de notebook, projetor, chromebooks, alfabeto móvel e acesso a arquivos digitais relacionados à Educação do Campo e às Relações Étnico-Raciais. A escola também oferece suporte para impressões e materiais básicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se com esse projeto que os alunos adquiram autoafirmação identitária e cultural e desenvolvimento das aprendizagens. E pensando nessa perspectiva foi analisado e separado um acervo de livros e atividades que visem buscar a identidade das crianças para elas se sentirem representadas e para além disso, trazer a problematização de por que acontece e como pode mudar essa situação.

Sendo assim, para construir hábitos leitores com os alunos, incrementou-se a utilização de leituras no início das aulas, para estabelecer rotinas com as professoras e aumentar o contato dos alunos com textos que trazem aspectos étnico-raciais e contexto de Educação do Campo. A implementação da proposta de intervenção do Alfaetrar: aquilombar letras, palavras e frases se estruturou a partir de reflexões profundas sobre o impacto da prática docente na educação do campo e as relações étnico raciais. Essas reflexões se articulam com as discussões de Saviani (2018) e Soares (2016).

De Saviani (2018), tomamos a premissa que a educação é um instrumento de luta contra as desigualdades, garantindo o acesso a conhecimentos historicamente sistematizados. Nesse sentido a proposta de “aquilombar” é uma ação política que se assemelha à construção de quilombos contemporâneos de saber, espaço de resistência onde a alfabetização se torna um direito conquistado.

Já Soares (2016) fornece o suporte pedagógico e metodológico ao defender a indissociabilidade entre alfabetização e letramento. O “Alfaetrar” materializa essa concepção,

propondo que a aquisição do sistema de escrita ocorra mergulhada nas práticas sociais de leitura e escritas presentes na comunidade. Essa prática se desenvolve a partir de um letramento crítico que valoriza as histórias orais, os saberes ancestrais e a cultura local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa experiência, é possível compreender o quão importante é a valorização cultural e a inclusão étnico-racial no processo de ensino-aprendizagem, especialmente em comunidades do Campo e Quilombolas. Os objetivos traçados no início, de utilizar a recomposição de aprendizagem como uma ação nesse processo, ainda dependem de mais tempo para uma avaliação mais precisa, uma vez que estão em fase inicial de implementação.

No entanto, levando em consideração as ações realizadas até o momento, é possível perceber que elas têm potencial real de contribuir para o desenvolvimento dos estudantes e para uma prática docente mais consciente e comprometida, capaz de atuar de forma eficaz em territórios diversos. Apesar disso, fica claro que esse trabalho precisa ser continuado e deve envolver a comunidade escolar e as famílias, a fim de alcançar os resultados inicialmente estabelecidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 4 dez. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoese-programas/educacao-basica/pibi> d>Acesso em: 19 ago. 2025.

DIRETRIZES curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128 p. ISBN 978-85-86583-16-2.

SOUZA, Maria Elena Viana. Educação étnico-racial brasileira: uma forma de educar para a cidadania. **Relações étnicorraciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei 10.639**, 2011, 76.